



Título:	Inteligência Artificial no Controle e na Fiscalização de Políticas Públicas Educacionais: Experiências no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina		
Autores:	Luisa Helena Nicknig Martins Caroline Muller Bitencourt		
Área	<input type="checkbox"/> Humanas <input checked="" type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	<input type="checkbox"/> Ensino <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação
Resumo:			
<p>Este estudo tem o objetivo de identificar a utilização de Inteligência Artificial (IA) dentro do contexto das políticas públicas educacionais nos Tribunais de Contas brasileiros, e, com isso, perceber como decorre o controle de política pública com o auxílio da IA, com enfoque nas políticas públicas educacionais e no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. A relevância do tema se dá pela educação ser ponto central do setor público, sendo as políticas públicas educacionais pilares para construção de uma sociedade, necessárias para que haja resultados concretos no desenvolvimento social e uma promoção da igualdade e da cidadania. Nesse contexto, mecanismos de Inteligência Artificial acabam sendo incorporados na Administração Pública brasileira e também nas políticas públicas, e, por isso, esse artigo pretende analisar as experiências de Inteligência Artificial no controle de políticas públicas educacionais no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, fazendo reflexões acerca dos resultados trazidos. O problema de pesquisa consiste em compreender de que forma os Tribunais de Contas realizam o controle de políticas públicas educacionais e se, nesse processo, já utilizam mecanismos de IA. Visando responder o problema, optou-se por dividir o desenvolvimento em três partes. No primeiro momento, identificar as diferenças em relação à avaliação e o controle de políticas públicas, bem como entender em qual enquadramento o Tribunal faz parte. Em um segundo momento, analisou-se algumas experiências de controle de política pública que utilizam IA, com enfoque no programa TCE educação do Tribunal de Contas de Santa Catarina, refletindo acerca das contribuições de tal tecnologia e de sua transparência e, por fim, houve um</p>			



mapeamento dos resultados do acompanhamento das metas do Plano Nacional do Programa TCE Educação através do Programa TCE Educação, identificando e comparando os resultados do controle de políticas públicas educacionais realizado. A hipótese é de que os mecanismos de Inteligência Artificial começam a ser introduzidos também no controle de políticas públicas educacionais, trazendo importantes benefícios e maior eficiência na gestão pública. A metodologia empregada neste artigo foi uma revisão bibliográfica e exploratória de documentos governamentais e artigos científicos. Em conclusões parciais, notou-se que a Inteligência Artificial vêm sendo aplicada também no campo das políticas públicas educacionais, mas em fases iniciais, e que esta tecnologia já contribuiu para o mapeamento e acompanhamento de importantes políticas educacionais, além de ampliar a precisão das análises, servindo como um instrumento de diagnóstico para o controle de legalidade, de licitude e de atingimento das métricas da política pública. Por fim, ressalta-se que ainda são necessários diagnósticos em diferentes Tribunais de Contas brasileiros para notar os resultados que têm sido produzidos e o impacto dessa tecnologia no controle de política pública.

Link do Vídeo:

<https://drive.google.com/file/d/1z8DdyvKqi-MRTJoRmIZnGrjqkbDsCDpb/view?usp=sharing>